



**CIDADES NOVAS,
CIDADES
PROGERIANAS:
do gestar à
necessidade
gestual**

Ricardo Trevisan

Kumbh Mela é um tradicional festival da religião hindu em atividade desde 1870 na Índia. (MEHROTRA; VERA, 2015; SANTOS, 2016) Regido por calendário próprio, sua ocorrência se dá em localidades pré-determinadas. De 13 em 13 anos, ele ocorre nos arredores da cidade de Allahabad, na confluência dos rios Ganges e Yamuna, para onde peregrinos migram em busca do banho sagrado em suas águas. Reza a lenda que gotas de *amrit* – néctar sagrado da imortalidade – foi derramado por deuses nesse encontro fluvial. Quando o nível das águas baixa, entre os meses de outubro e março, bancos de areia se formam e sobre eles assenta-se uma nova cidade para até 20 milhões de habitantes. A cada vez um sítio diferente, sobre o qual a cidade provisória assume os contornos e toma forma. Em Allahabad, após a definição das planícies, organizadores e projetistas gestam um plano de ocupação específico – geralmente em grelha – e Kumbh Mela ressurge do passado, do esquecimento, da memória, para servir uma vez mais às tradições culturais daquele povo.

A cidade nova é dividida em setores autônomos: os acampamentos para diferentes organizações religiosas, as áreas com equipamentos públicos e os locais destinados a banho. Planeja-se a cidade provisória ainda durante

as monções, com o deslocamento dos materiais para a região. Os flutuadores para suporte de pontes e passarelas são os artificios inaugurais a redefinir a paisagem. Com a baixa dos rios, inicia-se a terraplanagem e a demarcação de vias nas inúmeras ilhas se nas margens estendidas. Entre outubro e início de dezembro, toda a infraestrutura urbana é implementada: rede elétrica e de iluminação pública, cercas delimitadoras dos setores, barreiras de contenção, postos de saúde, hospitais, parques de estacionamento (fora do assentamento), mercados, postos policiais, banheiros públicos, dentre outros. Com a trama posta e concluída, a cidade abre suas portas às organizações religiosas para que construam suas tendas. No início de janeiro, os primeiros peregrinos começam a chegar.

Trata-se da maior reunião pública do mundo, ou o maior evento temporário de que se tem notícia. Distinto dos campos de refugiados, de desastres ambientais, de concentração, de extração, o Kumbh Mela é qualificado como um festival – tal qual o *Burning Man* (Nevada, EUA) –, com identidade própria pautada na vocação religiosa e refletida nos gestos de seus participantes. Os corpos e seus gestos, as ações e suas trocas, emanam e permanecem naquele espaço artificial e intencionalmente construído por até 60 dias, ou até o último dia de banho no início de março, quando o assentamento começa a ser desmontado. Ao desaparecer fisicamente, com a cheia dos rios, a cidade de Kumbh Mela deixa no solo marcas de sua breve existência e permanecerá, de algum modo, imaterial nas lembranças e recordações de seus ex-habitantes.

Pela temporalidade ficam cicatrizes e rastros de sua ocorrência, lavados pelas águas dos rios que se avolumam e com um gesto à *la tabula rasa* fazem submergir uma realidade, liquefazem vivências ricas e diversas, decantam memórias e histórias. Pela liminaridade, o passado se torna presente quando o território

adquire suas feições precedentes, deixando para trás a frágil, porém energética simbiose entre a cidade perene de Allahabad e a cidade efêmera de Kumbh Mela.

Apresentar e descrever Kumbh Mela, a partir das contribuições do ensaio de Leandra Vanessa Jung Santos e da ampla pesquisa de Rahul Mehrotra e Felipe Vera, foi um chamariz introdutório para lançar nossa atenção a uma articulação tão profícua quanto a de tempo e cidade. Uma cidade para milhões que surge e se desfaz num tisco de tempo, sem por isso deixar de tecer relações e construir memórias, já por si só é um fato relevante a ser revelado e observado. Em consonância, este breve texto pretende suscitar reflexões sobre a presença do tempo numa tipologia urbanística específica: a de cidades novas. Por meio do olhar direcionado, espera-se contribuir a estudos que tratam dessa articulação ou que ao menos possibilitem uma reflexão sobre a cidade, seu gestar e a necessidade do gestual em seus espaços recém-criados.

Em artigo para a revista *La Géographie de l'Histoire*, os historiadores Camille Vallaux e Jean Brunhes (PENNA, 2002) diferenciam a cidade nova – por eles denominada de “cidade artificial” – da “cidade natural” por aspectos temporais. Para ambos, a cidade natural apresenta uma “formação lenta, seguindo à sorte do desenvolvimento dinástico e resultante da combinação de elementos muito complexos e por vezes contraditórios”; enquanto a cidade nova foi criada repentinamente, dentro de um tempo relativamente preciso frente à amplitude de sua história, e por vontades claras e objetivas.

Uma velocidade de constituição urbana diferente, assim conceituada por Vincent Fouchier (apud DIEBOLD; LEMONIER, 2001, p. 14, tradução nossa):

As cidades novas parecem viver mais rápido que as demais, numa sociedade contemporânea que se transforma igualmente de modo mais e mais rápido. Elas são privadas de uma base e de uma permanência que constituem a história ou o patrimônio antigo; também a rapidez das evoluções, o peso dos fenômenos econômicos e demográficos, a obsolescência das formas urbanas são nelas mais sensíveis.

E mesmo que seu processo de materialização dure anos, décadas ou até séculos, o tempo de uma cidade nova é sempre a expressão de circunstâncias imperativas numa conjuntura crucial, um marco decisivo em sua história. Ademais, se o tempo faz parte do processo das cidades novas, as mesmas revelam características de seu tempo – sua memória projetual. Ao possuírem um urbanismo e uma arquitetura, estes refletem os tipos então predominantes e fazem das cidades novas, por vezes, museus a céu aberto – um retrato fidedigno dos estilos vigentes verificados, por exemplo, em Karlsruhe (Alemanha, 1715), La Plata (Argentina, 1882), Brasília (Brasil, 1957) e Marne-la-Vallée (França, 1965). Na França, as *villes nouvelles* da década de 1960 foram ao seu tempo a novidade da prática urbanística. Segundo Jean-Pierre Combe (apud SMADJA, 1987, p. 1, tradução nossa):

Economia de energia, redes de calor, selo de qualidade, redes de cabos televisivos, grande prêmio de arquitetura, equipamentos integrados, programa pedagógico de construções solares, novas técnicas de construções, avanços espetaculares em transporte urbano: a lista é longa de inovações colocadas em prática nas villes nouvelles ao curso dos anos 1970 e hoje reproduzidos e desenvolvidos em outras cidades, entre as mais dinâmicas.

Informações físicas e evolutivas que permitem ao estudioso e pesquisador do urbanismo situá-las na linha temporal da história,

no tempo de longa duração.¹ Dados melhor captados após uma divisão estabelecida. Ao tripartir o tempo das cidades novas em ciclos:

1. Construção;
2. Fundação e;
3. Desenvolvimento preliminar, busco revelar suas especificidades e mostrar fatos importantes conectados a cada um deles.

O primeiro, ciclo de construção ou ciclo gestacional, é o mais importante para entender e compreender as cidades novas. Trata-se do período no qual os demais atributos compositivos – desejo, função, sítio, profissional e projeto (TREVISAN, 2009) – estão envolvidos, delimitados pela decisão do empreendedor, pelo gesto do projetista e pela inauguração do novo assentamento. Ações como planejamento, projeto e construção caracterizam-no, possibilitando ao novo núcleo se materializar e propiciar condições mínimas de habitabilidade e urbanidade aos seus futuros habitantes.

O período dessa primeira etapa varia conforme a necessidade, o jogo de interesses, o tamanho e outras especificidades ligadas ao processo de cada cidade nova. Variam desde prazos mais curtos, como Brasília (3 anos; 1957-1960) e Goiânia (4 anos; 1933-1937), até prazos mais longos como Santos (14 anos; 1896-1910) e Barcelona (20 anos; 1855-1875).

Processos rápidos verificados igualmente na Itália e na França. No governo de Benito Mussolini (1922-1943), as *città di fondazione* “brotaram em alguns meses. A primeira pedra de Littoria foi

colocada em 30 de junho de 1932 e sua inauguração ocorreu em 18 de dezembro de 1932; Sabaudia foi construída entre agosto de 1933 e abril de 1934; e Pontínia entre outubro de 1934 e abril de 1935”. (VALLAT, 2001, p. 135) Na França, a criação das *villes nouvelles* foi decidida num curto período. Em 1965, o ato que sancionou o nascimento das cidades foi um plano territorial “inovador e ambicioso” (GUYARD, 1982), coordenado pela “Direção Geral do Distrito da Região de Paris”, com os cinco núcleos urbanos fundados ainda no início dos anos 1970. Agilidade que as qualifica como “realizações originais, tanto em resultados como em procedimentos de implementação”. (SUDOUR, 1987, p. 35)

Em contrapartida, nos deparamos com processos mais arrastados, como os identificados na Coréia do Sul e na Polônia. No país asiático, a cidade empresarial de Kangnam demorou 15 anos, entre 1970 e 1985, para ser fundada ao sul do rio Han, possuindo três distritos distintos e áreas residenciais para classes mais abastadas. (DAEWOO CORPORATION, 1998) Já na Polônia, o tempo gestacional mais largo de suas cidades novas se justifica pela “demora na implementação de vários estágios de desenho. Uma razão burocrática e não técnica”. (WAWRZYNSKI, 1986, p. 37)

Com a cidade fisicamente constituída, estando ela apta a funcionar, segue-se o segundo período, ciclo de fundação ou de nascimento, marcado pela entrega do assentamento a seus futuros habitantes. Uma data simbólica a marcar a cronologia de cada cidade nova.

Trata-se de um *flash*, um momento de clareza frente ao período precedente, bem como ao seu desenvolvimento conseguinte. Tal precisão é fixada pela presença, na maioria dos casos, por um dia, um mês, um ano de fundação. Isto fica claro com o exemplar de Ali Mendjeli (Argélia). Ao ser proposta inicialmente em 1974

(data referencial para estudos), sua pedra inaugural foi colocada somente em 1991, sendo ocupada por moradores a partir de 10 de abril de 1999, data de sua fundação. (BOUMAZA, 2006)

Após o conhecimento público da existência da cidade nova, vem o ciclo de desenvolvimento preliminar, quando a cidade fervilha com a chegada de novos habitantes, novas construções e pelos arremates finais no grande canteiro de obras. Momento de transformação rápida, se comparado com cidades de origem espontânea, que permitirá à nova cidade construir uma identidade própria. Período que pode demorar, segundo condições político-econômico-sociais, de alguns anos a décadas.

É durante este ciclo que as previsões (população e dimensão) realizadas durante seu planejamento serão colocadas à prova. Na Austrália, a cidade de Monarto foi planejada para alcançar suas metas em dez anos. (RUSHMAN, 1976) Na França, os projetos urbanos das *villes nouvelles* surgiram com uma previsão de 30 a 40 anos para atingir a população máxima e uma possível independência em relação à cidade-mãe. (TILLIETTE, 1985) Na Inglaterra, o plano da nova “cidade-campo” de Tillingham Hall recebeu um programa de investimentos de dez anos, até que a cidade alcançasse o fim de sua fase de desenvolvimento preliminar. (SHOSTAK; LOCK, 1985)

Mas para além de dados censitários, podemos olhar para esse ciclo temporal e encontrar outros elementos tão quão importantes para o futuro da urbe. Como já mencionado, quando uma cidade nasce de modo intencional, sob o crivo do empreendedor, sobre a tábula rasa, a partir do traço projetado, para atender a uma função – à priori – dominante, seus habitantes recém-chegados d’alhores são confrontados a uma adaptação. Adaptação a uma

nova realidade com tempo característico, distinto ao das cidades espontâneas. Um tempo acelerado na tentativa de aplicar sobre o espaço criado as reminiscências trazidas nas bagagens, repleta de vivências e experimentações da terra de origem. Um período que, após a fundação da urbe, é marcado pelo anseio e pela necessidade de escrever uma história mediante os gestos de seus atores. Gestos, eventos, simulações e repetições a serem gravados, ou talhados, no espaço urbano há pouco materializado. Marcas na memória da cidade nova, a fim de transformá-la, o quanto antes, em cidade.

Certamente são memórias (re)criadas num contexto aberto, tal qual uma página em branco. Na cidade “em branco”, a ausência de uma coletividade desperta em cada indivíduo a sua memória e respectivas heranças a serem transpostas e aplicadas nesse cenário intato. Pelo tempo, estabelecem-se conexões, surgem redes, cria-se a memória coletiva. Os espaços da nova cidade passam de estéreis a anamnésicos – que despertam a memória. De espaços preliminarmente gestados segundo a ordem de seus artistas-autores, modificam-se no tempo conforme a “ética da tenacidade” (CERTEAU, 1996), quer por habitantes opositores quer por agentes escusos. O branco da página já se faz preenchido.

Porém, trata-se de uma escrita, a princípio, truncada, pautada pelo embate entre a ordem imposta por um projeto urbano doutrinário, segundo as intenções de seu criador e a memória projetual assumida, e as tentativas de sua ruptura pela memória coletiva em construção. Um duelo da memória artificial e distanciada de seus idealizadores, planejadores, arquitetos, engenheiros *versus* a memória voluntária e aproximada de seus populares, dos ordinários, dos *bricoleurs* (LEVI-STRAUSS, 2002), de seus reais atores. Com o passar do tempo, a jovem cidade vê a disputa ceder espaço

à coexistência entre o gesto do criador – o desenho impregnado de ideologias definidoras de como ocupar e habitar a urbe – com o gesto crítico de seus habitantes – as ações contrárias às normativas, às taxativas, às amarras.

Embate e coexistência atrelados a um tempo específico, acelerado como já dito, que nos permite atribuir a cidades novas, nesse período, a designação de Cidades Progerianas. Como na síndrome de *Hutchinson-Gilford* ou Progeria – doença genética extremamente rara que acelera o processo de envelhecimento –, as cidades novas apresentam, após sua fundação, processo similar até atingir a maturidade. Distinto à evolução lenta e cadenciada de cidades espontâneas, as cidades progerianas tornam-se maduras quando constituídas de uma memória coletiva, depositaria dos gestos de seus construtores, de seus moradores, de seus visitantes. Embora não nasçam envelhecidas, buscam no curto espaço de tempo obter memórias que o restante das cidades naturalmente conquistou. Verifica-se, portanto, uma corrida contra o tempo para alcançar a maioridade; uma corrida no tempo pela própria sobrevivência; uma busca premente por se tornar cidade.

Nesse ciclo, verifica-se que em alguns países em via de desenvolvimento as cidades novas foram resultado de “projetos *ad hoc*, concebidas para responder às necessidades criadas por programas de desenvolvimento regional ou nacional (de escala local ou nacional), respostas urgentes ou imediatas aos problemas de refugiados ou de empresas industriais particulares”. (SAFIER, 1977, p. 6) Poucas dentre elas fizeram parte de uma política de longo prazo de redistribuição da população de um país. Porém, o crescimento delas se mostrou mais rápido e mais forte que suas homólogas inglesas – *new towns* – e francesas – *villes nouvelles*.

A cidade de Kourou, na Guiana Francesa, planejada para sediar o *Centre Spatial Guyanais* (1964), de domínio francês, foi exemplo desse rápido desenvolvimento, conseguindo em uma década chegar à sua população estipulada. (SAFIER, 1977) Brasília, 50 anos após sua fundação, mesmo não atingindo a população prevista para o Plano Piloto (500 mil habitantes), se tornou “uma verdadeira aglomeração urbana após um longo período de juventude problemática, a eterna crise de adolescente” (Márcia Regina de Andrade Mathieu; 18 de junho de 2008; entrevista). Uma cidade amadurecida rapidamente, trazendo consigo dezenas de jovens cidades-satélites.

Essa variação temporal está condicionada a um conjunto de fatores não previstos durante o ciclo gestacional. Segundo Vincent Fouchier (apud DIEBOLD; LEMONIER, 2001), as cidades novas “são planejadas num período de evolução demográfica e econômica cujos efeitos não são similares ao de seu desenvolvimento”. Nos Estados Unidos da América, a cidade de Circleville, em Ohio, teve seu traçado modificado após sua fundação em 1810 por questões especulativas do solo urbano. Na Espanha, o projeto da cidade de Riera de Caldes teve que ser redimensionado após crises econômicas e políticas nos anos 1970. (CARRERAS, 1986)

A maturidade de uma cidade nova – o tornar-se uma cidade – é conquistada quando a mesma adquire uma identidade própria, somada a uma emancipação e independência político-econômica (municipalização). Como exemplo, na França, a administração de suas cidades novas foi determinada pela Lei Boscher, de 10 de julho de 1970, mas sem clareza ou definição de qual instituição teria responsabilidade de fato sobre as *villes nouvelles*. Anos mais tarde, o cargo foi firmado no *Établissement Public d'Aménagement*, que se constituiu como monopolizador do papel de planejador.

Ele comprava os terrenos, os equipava, preparava os projetos da *zone d'agglomération nouvelle* (nova zona de aglomeração) e vendia os direitos de construção. Seu conselho era formado por metade de eleitores e a outra metade de altos funcionários, embora o poder real pertencesse ao diretor, nomeado diretamente pelo Primeiro Ministro francês. (GUYARD, 1980) De modo mais direto e objetivo, Paul Delouvrier (apud MONTAGU; SOKOLSKY, 1995), considerado o pai das *villes nouvelles* francesas, sintetizou que uma cidade nova só passará a ser cidade “quando seus cemitérios estiverem cheios”.

Independente dos critérios utilizados para qualificar as cidades novas como “cidades normais”, o fato é que elas chegam a esse patamar em alguns anos ou décadas. Salvo quando fatores e contextos não as levam à morte, como ocorrido com as cidades novas de exploração mineral em Goiás durante o ciclo do minério (séculos XVIII e XXI) ou a experiência de Fordlândia (1920) na Amazônia, a cidade industrial de Henry Ford nos trópicos, atualmente tomada pela floresta. Mesmo o caso de Kumbh Mela, na Índia, com sua temporalidade estipulada e concisa, não retira de si a atribuição de a cada 13 anos se constituir numa nova cidade. Uma cidade progeriana que ao nascer busca num piscar de tempo arquivar na memória de seus habitantes sua existência. Uma cidade “em branco” que exige de seus habitantes gestos que a pintem, a marquem, a registrem na história.

Ato de um urbanismo literalmente gestual, seja em sua concepção seja em seu usufruto, Kumbh Mela traz em si gestos e tempos distintos que se encontram e se mesclam simultaneamente, dando a cada edição uma especificidade, uma identidade. Um evento pontual como um descompasso, uma arritmia, um rasgo, uma brecha – que abre um tempo dentro de outro – ao (re)colocar

Kumbh Mela no presente –, em que temporalidades e memórias múltiplas emergem, literalmente, das águas dos rios Yamuna e Ganges. Kumbh Mela é um local onde as sobrevivências lampejam como fantasmas em sobras e restos. Gestos que passam e ecoam ao longo do tempo de longa duração. Kumbh Mela, uma cidade nova, progeriana sim, gestada e feita de gestos. Um exemplo da tipologia cidades novas. Um tipo urbanístico atemporal em sua aplicabilidade, porém temporal em sua essência. ■

1. Para efeito de pesquisa, a data a ser considerada como origem de cada cidade nova pode variar, sendo sempre escolhida a mais antiga, e não a de fundação, seja ela: a decisão do empreendedor, a data do concurso para o projeto, o lançamento da pedra fundamental. Para Brasília, considero o ano de 1957, e não de 1960, como sua origem. Datas mais distante do período de fundação devem ser analisadas e mencionadas nos estudos, como o período de delimitação do quadrilátero do Distrito Federal pela *Missão Cruls* em fins do século dezanove.

Referências

- BOUMAZA, N. et al. *Villes réelles, villes projetées*: fabrication de la ville au Maghreb. Paris: Maisonneuve & Larose, 2006.
- CARRERAS, C. Riera de caldes new town: the restriction of growth. *Planning outlook*, Grã-Bretanha, v. 29, n. 2, p. 63-65, 1986.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DAEWOO CORPORATION. *New town development in Korea*. Seul, 1998.
- DIEBOLD, M.-C.; LEMONIER, M. Villes nouvelles. *Diagonal*, Paris, n. 149, p. 10-14, mai/juin. 2001.
- GUYARD, J. Villes nouvelles... l'âge ingrat. *Communes de France*, Paris, n. 188, p. 25-33, juin./juil. 1980.
- GUYARD, J. Le projet de loi sur les villes nouvelles. *Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles*, Paris, n. 1, dez. 1982.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2002.
- MEHROTRA, R.; VERA, F. Temporary flows and ephemeral cities, *Room One Thousand*, Berkeley, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/18f9p6np>>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- MONTAGU, A.; SOKOLSKY, S. *Villes nouvelles villes innovantes?* Paris: SGVN, 1995.
- PENNA, J. O. de M. *Quando mudam as capitais*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

- RUSHMAN, G. Towards new cities in Australia. *Town planning review*, Grã-Bretanha, v. 47, n. 1, p. 4-25, jan. 1976.
- SAFIER, M. Le rôle des villes nouvelles dans l'urbanisation. *Planification habitat information*, Paris, n. 89, p. 3-12, nov. 1977.
- SANTOS, L. V. J. *Estruturas urbanas efêmeras: Kumbh Mela*. Ensaio teórico. Brasília, DF: FAU-UnB, 2016.
- SHOSTAK, L.; LOCK, D. New country towns in the southeast: a planned response to a regional crisis. *The Planner*, Grã-Bretanha, v. 71, n. 5, p. 19-22, maio 1985.
- SMADJA, G. L'innovation en villes nouvelles. *Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles*, Paris, p. 1-4, n. 13, abr. 1987
- SUDOUR, L. Les villes nouvelles devant leur avenir. *Études*, Paris, tomo 366, n. 1, p. 29-43, jan. 1987.
- TILLIETTE, B. (Dir.). *Un nouvel art de ville: huit villes nouvelles en quête d'elles-mêmes*. Paris: Autrement, 1985.
- TREVISAN, R. *Cidades novas*. 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- VALLAT, C. Villes neuves de l'Italie fasciste : usage et limites d'un outil de propagande. *Histoire urbaine*, Paris, n. 4, p. 161-182, dez. 2001.
- WAWRZYNSKI, J. Nowe Tychy: an assessment of a polish new town. *Planning outlook*, Grã-Bretanha, v. 29, n. 1, p. 34-38, 1986.